

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.300 - GO (2019/0011680-8)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **DIVINA FREIRE DE OLIVEIRA**
RECORRENTE : **DIVINA DA LUZ DOS SANTOS MESQUITA**
RECORRENTE : **DOMINGOS CORREA DA SILVA**
RECORRENTE : **DOMINGOS DIAS DE SOUZA**
RECORRENTE : **DORALICE PIRES DOS SANTOS MOREIRA**
RECORRENTE : **DORALICE SODRE ABRAO E SILVA**
RECORRENTE : **DORALICE DE CAMARGO CAMPOS**
RECORRENTE : **DORVALINA DA SILVA FONSECA**
RECORRENTE : **DULCE DE ALMEIDA**
RECORRENTE : **EDIBERTO MORAIS JARDIM**
ADVOGADOS : **JOSE LUIS WAGNER - DF017183**
: **LEOPOLDO RODRIGUES PORTELA - DF024927**
: **VALMIR FLORIANO VIEIRA DE ANDRADE E OUTRO(S) -**
: **DF026778**
: **LUIZ ANTONIO MULLER MARQUES - DF033680**
RECORRIDO : **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Divina Freire de Oliveira e outros, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 1ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 292):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES APOSENTADOS. PERCEPÇÃO DA GDAE. MP Nº 2.150-39/01. PARIDADE COM ATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER PESSOAL DA PARCELA VARIÁVEL. ART. 40, § 8º, DA CF. VIOLAÇÃO INEXISTENTE. PRESCRIÇÃO. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL, TIDA POR INTERPOSTA, PROVIDAS. PEDIDO IMPROCEDENTE.

1. Considerando que a ação desmembrada (2003.35.00.003519-1) que deu origem à presente demanda foi proposta em março de 2003 e que a vantagem vindicada compreende o período entre junho a dezembro de 2001, forçoso concluir que não transcorreu o prazo prescricional. Precedentes.

2. Inexistência de violação ao art. 40, § 8º, da CF/88, com a redação da EC nº 20/98, considerando que, a teor do contido no art. 56 da MP nº 2.150-39/01, a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacional - GDAE foi destinada a todos os servidores, ativos e inativos, distinguindo-se o seu pagamento apenas quanto à parcela variável, devida de acordo com o desempenho efetivo dos servidores em atividade, sem caráter de generalidade, sendo inaplicável, portanto, aos servidores aposentados. Precedentes.

Superior Tribunal de Justiça

3. Apelação e remessa oficial, tida por interposta, providas.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Em suas razões, os insurgentes sustentam, preliminarmente, ofensa aos arts. 458 e 535 do CPC/1973, ao argumento de omissão do acórdão recorrido sobre pontos inerentes ao mérito da causa.

Sustentam, quanto à questão de fundo, violação dos arts. 9º, § 2º, da MP 2.150-39101 (e da MP 2.229-4301); 60, parágrafo único, da MP 2.229-43/2001; e 5º da Lei n. 10.302/2001, ao fundamento de que "[...] a Administração tornou possível a verificação de uma média de pagamento da gratificação em comento, sendo absurdamente injustificável a exclusão dos servidores aposentados, até mesmo porque as avaliações no âmbito da Administração Pública, a fim de conferir o "desempenho" dos servidores ativos jamais ocorreram, e desse modo, frise-se, a GDAE jamais foi recebida em razão do "efetivo desempenho" (e-STJ, fl. 327).

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

Compulsando-se os autos, mormente as razões do acórdão recorrido, verifica-se que o direito à gratificação foi negado com base na inexistência de redução de vencimentos, sendo certo que servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico, motivo pelo qual o entendimento assentado na origem deve ser mantido. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA EDUCACIONAL-GDAE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. IRREDUTIBILIDADE DOS VENCIMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem foi categórico ao afirmar que os Autores não têm direito a perceber a GDAE no período de junho a dezembro de 2001 de acordo com a média aritmética percentual destinada aos Servidores em Atividade, uma vez que a referida gratificação não possui caráter geral, mas pessoal, e não teria sido constatado qualquer decesso remuneratório.

2. Tal entendimento encontra amparo na jurisprudência desta Corte de que o Servidor Público não tem direito adquirido a regime jurídico, mas apenas à irredutibilidade dos vencimentos. Alterações na composição dos vencimentos dos Servidores Públicos, retirando ou modificando a fórmula de cálculo de vantagens, gratificações, adicionais, somente é possível se não houver redução do montante até então percebido, sob pena de malferimento aos Princípios da Isonomia e da Irredutibilidade dos Vencimentos (REsp. 1.298.528/CE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 7.5.2013).

3. Agravo Regimental dos Servidores desprovido.

(AgRg no AREsp 72313/GO, , Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 31/8/2016)

Superior Tribunal de Justiça

Incide na hipótese o teor da Súmula 568/STJ ("O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema").

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

